Alfabetização e organização da cultura: a atuação dos aparelhos privados de hegemonia no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Priscila Monteiro Chaves[1]
Andreia Jorge da Silva Dias[2]

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir a atuação burguesa das organizações sociais na mais recente política pública educacional para alfabetização, qual seja, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que se vale da análise de documentos no que compete à necessidade de identificar o conteúdo da política. O trabalho parte de dois elementos que estruturam o novo Plano Nacional de Educação para posteriormente abordar, no CNCA, como os aparelhos privados de hegemonia, em especial a Associação Bem Comum (ABC), têm sido os organizadores e executores da política na maioria dos estados brasileiros, sobretudo no que compete ao eixo Formação de professores. Esse processo está inserido em uma lógica mais ampla de avanço do capitalismo sobre a educação pública, promovendo sua mercantilização.

Palavras-chave: Alfabetização, Aparelhos Privados de Hegemonia, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Literacy and organization of culture: the role of Private Apparatuses of Hegemony in the Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Abstract: This paper aims to discuss the bourgeois role of social organizations in the most recent public education policy for literacy, namely, the Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023). This is a qualitative study that uses document analysis to identify the content of the policy. The paper starts from two elements that structure the new National Education Plan and then addresses, in the CNCA, how private hegemonic apparatuses, especially the Associação Bem Comum (ABC), have been the organizers and executors of the policy in most Brazilian states, especially in what concerns the axis of Teacher Training. This process is inserted in a broader logic of capitalism's advance over public education, promoting its commodification.

Keywords: Literacy, Private Apparatuses of Hegemony, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

1. O novo Plano Nacional de Educação

[1] Professora do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação (DLCE), vinculada à linha de pesquisa Educação e Linguagens (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Email: priscila.chaves.ufes@gmail.com
[2] Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE-Ufes). Email: andreiajsdias@email.com.

Em junho de 2014, o governo federal enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 2614/2024, que propõe o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos dez anos. Com 18 objetivos e 58 metas, o novo PNE faz menção à educação do campo, educação escolar indígena e quilombola e conserva metas para os e as estudantes da educação especial e educação bilíngue de surdos.

O PL propõe metas e estratégias que, em tese, materializariam o ideário educacional que comparece em outros documentos que o precedem, nacionais e internacionais. Além dos referidos públicos-alvo, é recorrente a focalização em pessoas em "situação de vulnerabilidade socioeconômica"; na "redução das desigualdades de aprendizagem no ensino médio entre grupos sociais definidos por raça, sexo, nível socioeconômico e região". Juntamente a tais menções, o PL alude à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como portadora das orientações da formação dos e da estudantes e, consequentemente, da formação docente também, calcada na pedagogia das competências, das aprendizagens essenciais, da igualdade educacional, da diversidade e equidade (Brasil, 2017).

Além dessa explícita referência à Base, o Ministro da pasta, Camilo Santana Partido dos Trabalhadores (PT), é estreitamente ligado à Fundação Lemann, ambos famosos pelo trabalho em Sobral-CE que aufere altos índices nas avaliações em larga escala (Lima; Ribeiro; Chaves, 2023). Mesmo na contramão de tantas pistas, frações organizadas em defesa da educação pública ainda conseguem ver *espaços de disputa* no aparelho de Estado (Evangelista; Titton; Chaves, 2025).

Quanto ao financiamento da educação pública, o PL prevê 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até o sexto ano e 10% do PIB até o final da vigência do PNE. Se considerássemos o PNE 2014-2024, o Estado deveria ter destinado, "no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio" (Brasil, 2014, n.p.), percentuais jamais alcançados. De 2015 a 2020, o percentual do PIB à educação pública girou em torno de 5%. Não obstante, a meta de financiamento da educação, de 10% do PIB, foi reeditada (Meta 18.a) no projeto.

Na outra ponta do financiamento, o que queremos neste breve escrito destacar do novo PNE são dois dos principais elementos dos quais o governo lançará mão para que sejam atingidas as demais metas e para que possa, nos termos de uma educação gerencialista e pautada pela pedagogia das competências, apresentar alguns resultados e manter a

formação da classe trabalhadora sob controle. São eles: a maior abertura da participação da sociedade civil e maior ingerência nos currículos e trabalho docente com as avaliações em larga escala. Esses elementos são por nós reforçados pois nos ajudam a ler a mais recente política pública educacional pro campo da avaliação no terceiro governo Lula, objeto central de apreciação deste escrito.

2. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

No segundo semestre de 2023, foi instituído o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), com o Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023 que revogou a Política Nacional de Alfabetização (PNA) estabelecida anteriormente por força do Decreto nº 9.765/2019. O Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada foi inspirado, conforme anunciado na coletiva de impressa de apresentação da nova política, nos resultados das políticas educacionais cearenses de promoção da aprendizagem na idade certa, Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC)[3]. Além disso, retoma experiências exitosas de políticas educacionais anteriores, tanto em âmbito nacional, como o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (Profa), o Pró-Letramento e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), quanto em experiências promovidas por entidades subnacionais em diversas regiões do país (Brasil, 2023, p. 4) [4].

O Compromisso apresenta como objetivo central garantir que todas as "[...] crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2° ano do ensino fundamental, além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização de 100% das crianças matriculadas no 3°, 4° e 5° ano afetadas pela pandemia" (Brasil, 2023a). Além disso, apresenta como prioridade

[3] "Essa política foi uma iniciativa do deputado estadual Ivo Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS), que, partindo de sua experiência como secretário de Educação do município de Sobral, cidade do semiárido cearense, no ano de 2001, na segunda gestão do então prefeito Cid Gomes (2000 a 2003), implementou uma política municipal de educação voltada para a alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental. "O Paic foi transformado em política pública prioritária do Governo do Estado do Ceará em 2007, por meio de sua Secretaria de Educação (SEDUC), assumiu a execução do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), como uma política de cooperação entre o Estado e os municípios em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e instituições da sociedade civil, com o apoio federal, cujo objetivo é alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do estado até os 7 (sete) anos de idade, combatendo assim o analfabetismo escolar." (Costa, 2021, p. 19)

[4] O MEC disponibilizou um site do CNCA para acompanhamento das ações com constantes atualizações. Na página inicial há uma apresentação do Compromisso e *links* com os resultados em nível nacional e por estado.

> [...] fomentar e fortalecer o regime de colaborativo para implementar ações e estratégias dedicadas a garantir que todas as crianças brasileiras possam alcançar sucesso no processo de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e apoiar a recomposição de aprendizagens na área da leitura e da escrita para as crianças que, por diferentes razões, estejam matriculadas no 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental e não tenham ainda exercido plenamente esse direito (Brasil, 2023, p. 4).

O Compromisso está organizado em cinco eixos estruturantes: governança e gestão da política de alfabetização; formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos; sistemas de avaliação; reconhecimento e compartilhamento de boas práticas. Esses eixos, segundo os idealizadores do programa, são fundamentais para arquitetura do CNCA que pretende convocar, orientar, articular, apoiar e fortalecer o protagonismo dos entes federados na liderança local das políticas de alfabetização/letramento, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil das redes públicas de ensino do país.

No primeiro ciclo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (2023/2024), o MEC tem a função de dar assistência financeira para a reprodução gráfica e distribuição dos materiais didáticos complementares nas escolas públicas municipais e estaduais que atendem crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, além de ofertar avaliações diagnósticas e formativas. Os estados são articuladores e apoiadores do Compromisso e juntamente com os municípios têm a responsabilidade de formular e executar o programa em consonância com a proposta nacional. No último relatório disponibilizado, o MEC apontou que até o final de 2023 todos os Estados/Distrito Federal e 99,5% das redes municipais haviam aderido ao Compromisso (Brasil, 2024b).

UF	Possui Política de Alfabetização?	Nome da Política	Normativo
AC	Não	-	-
AL	Sim	Criança Alfabetizada	Lei nº 8.768, de 9 de dezembro de 2022
AM	Sim	Programa Amazonas Mais Alfabetizado	Decreto nº 47.958, de 22 de agosto de 2023
AP	Sim	Programa Criança Alfabetizada	Lei nº 2.448, de 02 de dezembro de 2023
BA	Não	-	-
CE	Sim	Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC	Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007
DF	Não	-	-
ES	Sim	Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo - PAES	Lei nº 10.631, de 29 de março de 2017
GO	Sim	Alfamais Goiás	Lei nº 21.070, de 09 de agosto de 2021
MA	Sim	Pacto pelo Fortalecimento da Aprendizagem	Decreto nº 34.649, de 02 de janeiro de 2019
MG	Não	-	-
MS	Sim	Programa MS Alfabetiza: todos pela alfabetização da criança	Lei nº 5.724, de 23 de setembro de 2021
MT	Sim	Alfabetiza MT	Lei nº 11.485/2021
PA	Sim	Programa Alfabetiza Pará	Lei nº 9.867, de 13 de março de 2023
PB	Sim	Pacto Alfabetiza Mais Paraíba	Lei nº 12.701, de 27 de junho de 2023
PE	Sim	Programa Criança alfabetizada	Lei nº 16.616, de 15 de julho de 2019
PI	Sim	Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa	Lei Estadual nº 7453, de 08 de janeiro de 2021
PR	Sim	Programa Educa Juntos	Lei n.º 21.323, de 20 de dezembro de 2022
RJ	Não	-	-
RN	Não	-	-
RO	Sim	Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia - PROALFA Rondônia	Lei nº 5.735, de 22 de janeiro de 2024*
RR	Não	-	-
RS	Sim	Programa Estadual de Apoio à Alfabetização - Alfabetiza Tchê	Lei nº 16.048, de 30 de novembro de 2023
SC	Não	-	-
SE	Sim	Programa Alfabetizar Pra Valer	Lei nº. 8.597, de 07 de novembro de 2019
SP	Não	-	-
TO	Não	-	-

Fonte: 1ª Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Avaliação de Implementação (2024b).

Segundo os documentos por nós apreciados, o CNCA diz se comprometer com a direção do processo formativo de todos os profissionais da educação, sendo assim, não apenas as professoras alfabetizadoras, mas também os profissionais da gestão, da coordenação pedagógica, dos quadros técnicos, dos órgãos regionais e centrais da Secretaria de educação em projetos, programas ou atividades de suporte e apoio à alfabetização estariam envolvidos. Nesse sentido, o MEC estabeleceu nove premissas orientadoras das ações de formação continuada dos professores alfabetizadores. Como o documento orientador, essas premissas "devem ser observadas pelas redes e sistemas de ensino no desenho e na implementação dos programas, das estratégias e das ações de formação continuada de profissionais de educação campo do Compromisso" (Brasil, 2023).

De modo geral, essas premissas estariam defendendo uma formação de educadores de maneira integral, que consideraria os diferentes aspectos da docência, incluindo o conhecimento, as habilidades e as atitudes necessárias para a atuação profissional; "sustentável"[5] que valorize os conhecimentos e as experiências dos educadores, e que contribua para o seu desenvolvimento profissional contínuo[6]; participativa que envolva os educadores como sujeitos ativos do processo de formação; e emancipadora que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática (Brasil, 2023).

A distribuição da carga horária dos percursos formativos ofertados por entes subnacionais deve ocorrer ao longo do ano letivo, combinando momentos presenciais coletivos com momentos de estudo individual, pesquisa ou interação remota, de forma a atender, segundo afirmado nos documentos, às necessidades e exigências do desenvolvimento profissional dos educadores.

O documento prevê que parte da formação deve ocorrer no ambiente da própria escola, e justifica que isso proporciona aos profissionais a oportunidade de compartilhar suas experiências com colegas de trabalho. Outra parte deve ser realizada em encontros coletivos presenciais, com profissionais de diferentes escolas, com objetivo, segundo aponta, de favorecer a troca de saberes e a ampliação da visão de mundo (Brasil, 2023).

Além dos encontros coletivos presenciais, a formação continuada será realizada por meio de outros formatos, como:

> • Encontros virtuais, organizados de forma síncrona, com mediação de profissional formador;
> • Atividades assíncronas, com tarefas propostas para estudo individual ou em grupo;
> • Atividades de pesquisa, registro e sistematização sobre a própria prática;
> • Atividades de ampliação do repertório cultural e de leitura dos profissionais;

[5] Em consonância com Shiroma e Santos (2014, 22) "[...] ao seguir a tendência de reformas nos países centrais, o foco da gestão se voltou às escolas, aos seus sujeitos e práticas. Com base na justificativa inapelável da melhoria da qualidade da educação, professores, equipes pedagógicas e comunidade escolar foram envolvidos pela cantilena da inclusão, justiça social, respeito à diversidade, sociedade do conhecimento e outros slogans que ornamentam os discursos e práticas educacionais no novo milênio." Dentre esses slogans podemos incluir a sustentabilidade que é incluído nas práticas educacionais, porém são problemas socioeconômicos produzidos pela burguesia.

[6] É possível observar neste trecho o ideário atualizado da educação ao longo da vida cujo os cursos de formação inicial são bastante generalistas e superficiais em formação teórica. As iniciativas políticas se concentram em cursos de formação em serviço que, reestruturados de forma constante, vão, mais facilmente e com o mínimo de conflitos políticos possível, abarcando as novas demandas do setor produtivo de maneira rápida, além de exercerem um poder coercitivo maior que nos cursos de graduação.

> • Elaboração individual ou coletiva de instrumentos de trabalho pedagógico, tais como projetos didáticos, sequências didáticas, pautas de reunião, instrumentos de observação e registro da prática, entre outros;
> • Participação em seminários, oficinas e outras atividades semelhantes, desde que voltadas ao tema das práticas pedagógicas, de gestão e de formação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (Brasil, 2023a, p. 26)

Os materiais de formação podem ser elaborados pelas secretarias de educação, adquiridos de instituições de ensino superior ou outras instituições que atuam no campo da formação de professores, ou adquiridos no mercado e essa é uma das principais características de descentralização e facilitação de transferência do funcho público para os setores privados.

3. Andamento da política no primeiro ano de implementação

De acordo com o panorama geral divulgado pelo MEC em fevereiro de 2025, até aquele momento já havia sido investido no CNCA um pouco mais de R$ 1,3 bilhão. A princípio parece um valor alto de investimento na alfabetização, mas cotejados aos dados da dívida pública, é bastante pouco perto do que o Brasil paga diariamente de juros e amortização a rentistas por meio de uma dívida nunca oficialmente auditada. Em 2023, a dívida pública federal estava em torno de R$ 6,64 trilhões, e a taxa de juros média era aproximadamente 10,4% ao ano segundo o site Auditoria Cidadã da Dívida[7]. Isso resulta em um pagamento anual de cerca de R$ 689 bilhões em juros, de modo que o Brasil paga aproximadamente R$ 1,89 bilhão por dia somente em juros sobre a dívida pública. Essa estimativa pode variar devido a mudanças na taxa de juros e no montante total da dívida ao longo do tempo, mas é certo que esse tem sido o destino de quase a metade do fundo público. Além disso, de acordo com a Agência Brasil[8] os custos com a dívida continuam a crescer, especialmente com a emissão de novos títulos para rolar dívidas anteriores.

Ainda, de acordo com o panorama geral, as 27 UFs e 5.558 municípios brasileiros aderiram ao CNCA. Desses, São Paulo e o Distrito Federal, que na primeira avaliação do Compromisso não tinham políticas de alfabetização em regime de colaboração entre estados e municípios, normatizaram suas políticas por meio de decretos. Acre, Minas

[7] Disponível em: https://auditoriacidada.org.br/. Acesso em 12 dez 2024.
[8] Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-01/divida-publica-pode-alcancar-ate-r-74-trilhoes-em-2024. Acesso em 12 dez 2024.

Gerais, Rio Grande do Norte e Tocantins estão na fase final de instituição. Bahia, Rio de Janeiro, Roraima e Santa Catarina estão em fase de elaboração de suas políticas. Isso mostra, que a adesão do Compromisso avança em todo o país e juntamente com a implementação das políticas de alfabetização nos territórios, avança a participação dos aparelhos privados de hegemonia, que têm sido responsáveis pela organização, planejamento e execução desses processos.

> A realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento, um fato filosófico. Em linguagem crociana: quando se consegue introduzir uma nova moral conforme a uma nova concepção do mundo, termina-se por introduzir também esta concepção, isto é, determina-se uma completa reforma filosófica (Gramsci, 1999, p. 320).

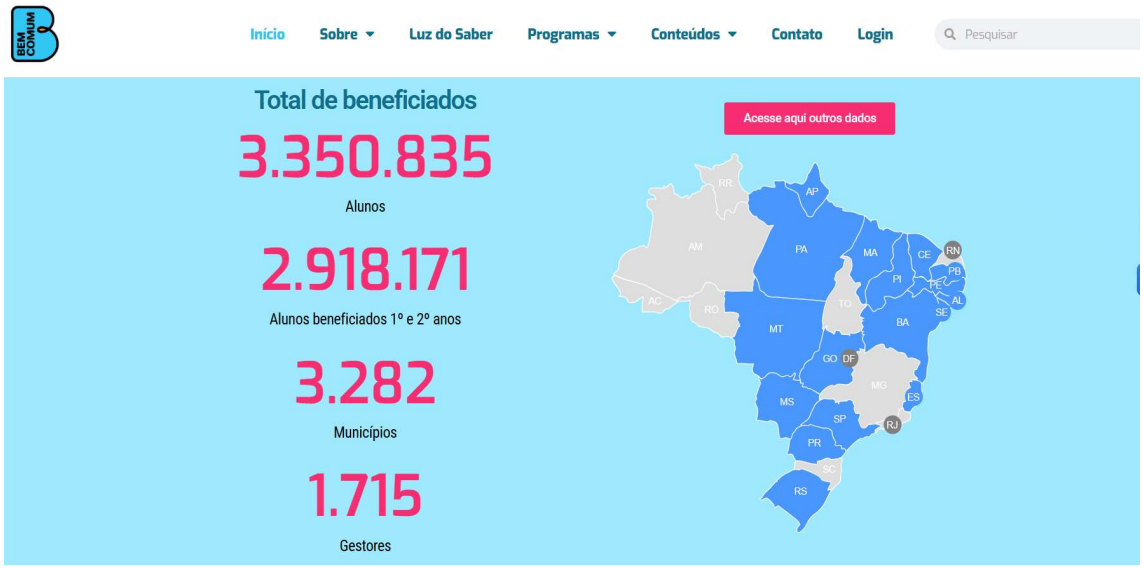
Quando essa direção organizativa, política e cultural do consenso é deixada à iniciativa privada, e assim reforçados seus caráteres moral e ético, o consenso dado "voluntariamente" logra ainda mais adesão, no mais normal exercício da hegemonia.

4. O APH da vez quando o assunto é alfabetização

Fundada em 2018, a Associação Bem Comum (ABC) é uma pessoa jurídica de direito privado, dita como sem fins lucrativos, constituída sob forma de associação civil, de caráter educacional. Seus idealizadores colocam que seu principal objetivo, dentre outros, seria ajudar a desenvolver e/ou implementar políticas públicas em áreas que apoiem o desenvolvimento humano em todas as facetas da educação, sobretudo nas instituições escolares. Lembremos:

> A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes (Gramsci, 2007, p. 284).

A organização social em questão é formada por profissionais de gestão pública com experiência em redes municipais de formado ensino e gestão educacional em diversos estados. A organização é responsável pelos programas Educar pra Valer (EpV) e da Parceria pela Alfabetização em Regime em Colaboração (PARC), em parceria com outras organizações não governamentais (ONGs).



Fonte: Associação Bem Comum (2024)

Como pode ser reconhecido na ilustração supra, a ABC tem desempenhado um papel hegemônico na definição das políticas de alfabetização em todo o país e sua atuação tem ampliado de acordo com as novas implementações das políticas de alfabetização em regime de colaboração entre estados e municípios. Um exemplo é o Estado de São Paulo com o Programa Alfabetiza Juntos São Paulo, que em dezembro de 2024 ofertou, em parceria com a UNDIME SP, Instituto Bem Comum, Instituto Natura, Fundação Lemann e Parceiros da Educação, um curso de formação continuada para professoras da rede estadual e municipal de ensino. O curso destinado tem carga horária de 60h, na modalidade online, iniciou em no início do mês de fevereiro deste ano e tem o prazo de conclusão em 30 de junho de 2025, é certificado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (EFAPE). De acordo com os idealizadores da formação *online*, o curso laboraria na interface entre a gestão educacional e as práticas pedagógicas, com foco no aprimoramento do desempenho dos estudantes no processo de alfabetização, com os seguintes objetivos:

> Proporcionar para os professores alfabetizadores a oportunidade da formação continuada viabilizando a atuação focada no processo da construção de uma alfabetização, considerando a educação integral dos estudantes se apropriem da leitura e escrita alfabética articulado ao desenvolvimento de habilidades de leitura e em práticas diversificadas de letramentos;
> Mobilizar e aprofundar competências e habilidades necessárias aos professores alfabetizadores, para proporcionarem qualitativamente intervenções intencionais e práticas pedagógicas atendendo a realidade heterogênea de sua sala de aula a partir de indicadores de resultado de aprendizagem (Efape, 2024).

Observa-se no curso o modelo de gestão e ensino baseados na eficiência e padronização por meio de metas de produtividade e resultados quantitativos, que reduzem gravemente o espaço para a crítica, atuação e organização política das trabalhadoras em educação e autonomia docente.

"Estado deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil" (Gramsci, 2007, p. 254). Sabe-se, portanto, que essa atuação conjunta do Estado e Sociedade Civil, aqui representadas pelos APH, se estendem em outras esferas nas políticas de alfabetização das UFs, cujo funcionamento ocorre a partir da gestão privada das redes de ensino, formação das professoras e gestores(as), controle e monitoramento por meio de avaliações de proficiência em leitura e de larga escala, que favorece a conformação de uma estrutura ideológica gerencialista. Isso estandardiza

> [...] ainda mais o trabalho docente a ponto de torná-lo quase desnecessário [...]. Dirigir o diretor, gerir a equipe gestora e, no caso em tela, reconverter as alfabetizadoras indicando o sentido político e pedagógico do seu trabalho é o núcleo estratégico da subsunção dessa tarefa (Lima; Ribeiro; Chaves, 2023. p. 9).

A produção de materiais pedagógicos no contexto do CNCA também expressa o aumento ostensivo da participação do terceiro setor na educação pública. Empresas e fundações ligadas ao grande capital têm assumido papel central na produção e distribuição de livros didáticos, apostilas e plataformas digitais[9], o que tem acelerado o processo de mercantilização do ensino. Essa apropriação privada dos meios de produção do conhecimento escolar reduz a autonomia docente e restringe as possibilidades pedagógicas a modelos predefinidos por agentes externos à escola pública.

No Espírito Santo, o programa alinhado ao CNCA, Paes, articula-se através do já conhecido eixo de atuação gestado pelos APH: avaliação, material didático, currículo e formação continuada, amarrando o processo pedagógico do princípio até o fim, apertando as amarras da autonomia docente e do trabalho intelectual da professora, que se torna uma executora do desenvolvimento de competências e habilidades prioritárias existentes nos currículos. O Paes segue o modelo da política pública de alfabetização de Sobral/CE dito por eles como exitosa. Nesse sentido, com a justificativa de fortalecer a aprendizagem e

[9] Exemplos de organizações que produzem materiais para o CNCA e Avante-Educação e Mobilização Social, Rede Latino-americana de Alfabetização e Roda Educativa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kaK8U25joo8>. Acesso em: 10 mar 2024.

assegurar o direito de aprender das crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, o Pacto é desenvolvido a partir do regime de colaboração entre o Estado e as redes municipais de ensino do ES. Sendo estruturado por meio de três eixos de trabalho: Apoio a Gestão, Fortalecimento da Aprendizagem e Planejamento e Suporte com recursos do Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e Ensino fundamental no Espírito Santo (FUNPAES).

> Apoio à gestão: compreende ações relacionadas ao desenvolvimento de habilidades voltadas ao fortalecimento da gestão em seus mais diversos níveis, ou seja, desde as secretarias municipais até a gestão do tempo e dos espaços pedagógicos em sala de aula. Abrange a construção, a compreensão, a disseminação e o monitoramento de indicadores e metas de qualidade da educação;
>
> Fortalecimento da Aprendizagem: trata-se de desenvolvimento de estratégias relacionadas diretamente ao fazer pedagógico nas unidades escolares. Define-se por estabelecer rotinas claras de formação, monitoramento, avaliação, além do apoio à disseminação de práticas pedagógicas exitosas;
>
> Planejamento e Suporte: abrange ações relacionadas a estudos referentes à reorganização da oferta educacional nos municípios de maneira a garantir a otimização da alocação de recursos didáticos, humanos, financeiros e materiais. Compreende ainda análises referentes a demanda por vagas e necessidade de aparelhamento da rede de educação infantil, entre outros. (Espírito Santo, 2025)

No campo da alfabetização, por mais que a nova política apresente espaço para menção e publicidade da educação do campo, da educação escolar indígena e quilombola e mostre conservar certa atenção aos e às estudantes da educação especial, o que se acelera é a difusão de concepções gerencialistas que têm sido acolhidas e consentidas pelas massas quando da atuação mais efetiva desses aparelhos.

Considerações finais

Diferentemente de outras políticas territoriais para a alfabetização, no CNCA os estados e municípios escolhem, implementam e, portanto, se responsabilizam, por suas próprias políticas de alfabetização. Isto é, estamos falando de uma política descentralizada que não assume a responsabilidade pelo seu conteúdo, execução e provimento. Trata-se de uma proposta estrutural de repasse de recursos para que resultados nas avaliações em larga escala sejam logrados, mas, acima disso, de uma eficaz maneira de organização da cultura no seio de uma das nossas instituições mais caras à formação da consciência.

Aqueles estados que já tinham suas políticas de formação em serviço sendo executadas por organizações da sociedade civil, assim têm podido permanecer, com respaldo ainda maior e uma parte do custeio que chega pela adesão ao Programa. E, para aquelas que ainda não o tinham, além dos exemplos das "práticas exitosas" já em andamento, agora há legislação e um programa que indicam essa decisão como a profícua saída.

Referências:

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 2.614, de 2024.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. 2024a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm Acesso em: 12 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. **Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). 1ª Avaliação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada: Avaliação de Implementação 2023. Brasília, DF: MEC, 2024b.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

COSTA, M. C. M. da. **Diálogos sobre a proposta de formação do Programa De Alfabetização na Idade Certa (PAIC).** 2021. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=15135. Acesso em 02 dez. 2024.

EVANGELISTA, O.; TITTON, M. ; CHAVES, P. M. Formação e trabalho docente no terceiro governo Lula: novas políticas, velho alvo. **Cad. CEDES.** N°45**,** 2025.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Educação. Pacto pela aprendizagem no Espírito Santo. 2025. Disponível em: https://paes.sedu.es.gov.br/apoio_a_gestao. Acesso em 2 mar. 2025.

LIMA, G. L. F.F. de; RIBEIRO, S.G. F; CHAVES, P. M. A sobralização do Brasil começa pelo sistema de escrita: a alfabetização gerenciada pelos setores privados no município de Vila Velha/ES. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 1, p. 1–15, 2023. Disponível

em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68713. Acesso em: 6 abr. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.3, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Introdução ao estudo da filosofia: a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1999.

SHIROMA, E. O.; SANTOS, F. A. Slogans para a construção do consentimento ativo. *In:* EVANGELISTA, O (Org). **O que revelam os *slogans* na política educacional**. 1. ed.- Araraquara, SP: Junqueira & Marin, pp- 21-46, 2014.